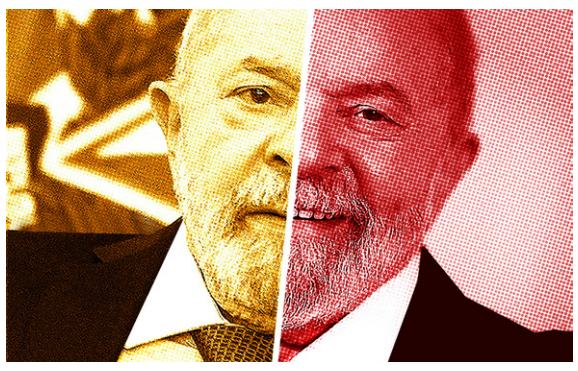
## NAS ENTRELINHAS

**Por Luiz Carlos Azedo**



luizazedo.df@dabr.com.br



# Ambiguidade de Lula pode levar ao desembarque de Marina

A polêmica sobre a exploração de petróleo na foz do Rio Amazonas, que opõe institucionalmente a Petrobras, que pretende fazê-la, ao Ibama, que não autoriza, é nitroglicerina pura. Além de o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira, entrar em rota de colisão com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, arrasta para o contencioso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, numa hora em que o eixo da política externa foi deslocado da economia sustentável para o tema da guerra e da paz.

A Petrobras pediu para explorar um campo com potencial de 14 bilhões de barris de petróleo a 175km da costa do Amapá, mas o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou licença à estatal na quarta-feira.

A pior coisa que poderia ocorrer ao governo, neste momento delicado da nossa política externa, em razão do posicionamento de Lula em relação à guerra da Ucrânia, é um desembarque de Marina do governo. Ela é a fiadora da credibilidade do país nos fóruns internacionais sobre o meio ambiente, que abriram as portas da política mundial para o presidente Lula, antes mesmo de sua posse, além de desbloquear os recursos financeiros para o Fundo Amazônia.

A defesa da Amazônia sempre foi uma bandeira da esquerda, muito mais pela ótica da integridade territorial e da garantia de suas reservas minerais; mais recentemente, em razão das populações ribeirinhas, dos seringueiros e dos indígenas, em defesa dos direitos humanos, com forte atuação da Igreja Católica. Talvez tenha sido o cacique Raoni o primeiro a sacar que a Amazônia já estava "internacionalizada", ao deixar sua aldeia para correr o mundo ao lado do cantor Sting, em busca de solidariedade de internacional à luta pela demarcação das terras indígenas.

Ex-seringueira, Marina seguiu essa trilha, principalmente depois do assassinato do líder seringueiro Chico Mendes. Quando ministra do Meio Ambiente, adotou uma agenda muito mais ampla, mas não perdeu o eixo da luta pela preservação da floresta em pé. Ocorre que a população da Amazônia hoje é estimada em 38 milhões de habitantes, que vivem, sobretudo, das atividades econômicas tradicionais, entre as quais a pecuária e a exploração mineral. Marina saiu do governo Dilma Rousseff por se opor à construção da represa de Belo Monte, no Rio Xingu, perto de Altamira (PA).

Há um choque tremendo entre as lideranças populares e indígenas da Amazônia, representadas por Marina e, agora, também pela ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, e parte da elite política dos estados da Amazônia, que representa interesses econômicos e políticos tradicionais. Há também uma aliança tácita com madeireiros, garimpeiros, pecuaristas e grileiros na região, que agora também registra a forte presença dos traficantes de drogas.

> A PIOR COISA QUE PODERIA OCORRER AO GOVERNO, NESTE MOMENTO DELICADO DA NOSSA POLÍTICA EXTERNA, EM RAZÃO DO POSICIONAMENTO SOBRE A UCRÂNIA, É UMA CRISE NO MEIO AMBIENTE

O governo de Jair Bolsonaro agravou esse choque, ao estimular o desmatamento e o garimpo, bem como a invasão das terras indígenas. De certa forma, consolidou a internacionalização da Amazônia, por transformar o desmatamento numa "ameaça global". Ninguém pode ser indiferente a essa nova realidade, muito menos o presidente Lula, que pretende solicitar à Petrobras novos estudos sobre a viabilidade da exploração de petróleo na foz do Amazonas, mais precisamente na costa do Amapá.

### Pode virar mico

A posição de Lula é ambígua, disse que não emitirá licença para a Petrobras se houver riscos ambientais. Ao mesmo tempo, declarou que considera essa possibilidade remota, já que o ponto de exploração fica a mais de 500km de distância da foz do rio. Vale lembrar que o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, é petista de carteirinha. Foi senador pelo Rio Grande do Norte e está com o prestígio em alta, por ter adotado uma nova estratégia de fixação de preços da empresa, que reduziu os preços do diesel, da gasolina e do gás de cozinha.

Na Amazônia, há mais de 100 poços de petróleo sendo explorados em terra, há décadas. Não se tem notícia de vazamentos até hoje. No mar, já houve mais de 100 outras perfurações, também sem notícias de acidentes ambientais. Entretanto, essa é uma discussão técnica, como a probabilidade de aviões caírem. Quando acontece, é uma tragédia.

A discussão, porém, deve ter outra dimensão. Segundo a Agência Internacional de Energia (AIE), se queremos ficar próximos do objetivo de não aquecer a temperatura média do planeta mais do que 1,5° Celsius até 2100, mais de dois terços das reservas conhecidas de petróleo nunca poderão ser utilizadas. Um ciclo de exploração de petróleo em águas profundas, da prospecção à produção, leva até 20 anos para alcançar a rentabilidade desejada.

Até a margem equatorial do Amazonas iniciar produção, estaremos nos primeiros anos da próxima década. Países como a Arábia Saudita, que não têm florestas, venderão seu petróleo ao preço de quem sabe que o uso de petróleo vai acabar. Cada 0,1° Celsius a mais do que 1,5° Celsius custam trilhões de dólares em perdas econômicas, milhares de mortos por tragédia naturais e alto risco de colapso civilizacional. Abrir uma nova fronteira de petróleo em vez de investir no baixo carbono é visão de curtíssimo prazo e pode ser um mico financeiro colossal.

**ARCABOUÇO FISCAL**

# Alterações no texto só para evitar ruídos

Cajado diz que ajustes na redação vão refutar alardeado impacto de R$ 80 bilhões

» RAPHAEL FELICE

Lula Marques/ Agência Brasil



**O relator do arcabouço fiscal tem reunião, hoje, com líderes na Câmara para alinhar data de votação**

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), disse, ontem, que fará apenas "alterações redacionais" para deixar o texto "mais claro". Ele negou que o projeto dará R$ 80 bilhões extras ao governo federal em 2024, como foi interpretado por economistas. Segundo o parlamentar, "certas dúvidas foram levantadas, de forma equivocada" e criaram "ruídos desnecessários".

"Vamos clarear essa situação para não dar a entender que o relatório dá mais R$ 80 bilhões ao governo (em 2024). Nunca deu. Essa conta criou ruído, e vamos encontrar a redação que deixe claro que não está se dando nada nesse sentido como possibilidade", enfatizou, em entrevista coletiva no Ministério da Fazenda, após reunião com o titular da pasta, Fernando Haddad.

O ministro da Fazenda também falou com jornalistas, de forma mais breve, e afirmou que as mudanças no texto serão "para deixar mais claras as contas erradas que foram feitas, como evitar que as pessoas tenham uma impressão equivocada do relatório dele (Cajado)".

Apesar de sustentar que serão feitos apenas ajustes no arcabouço, o relator não adiantou quais serão eles. Questionado, disse que apresentará hoje.

Até o momento, foram apresentadas 40 emendas (alterações sugeridas pelos deputados) ao relatório, mas, segundo Cajado, o parecer não deve sofrer alterações no mérito. Ele justificou que o texto está equilibrado.

"Novas alterações podem afetar o equilíbrio do projeto. Vamos aceitar as emendas que forem melhorar a redação", comentou.

Está prevista para hoje uma reunião de líderes na Câmara para confirmar a data de votação — prevista inicialmente para amanhã — e eventuais mudanças na matéria. "A decisão de votação do arcabouço é do presidente Lira (Arthur Lira, presidente da Câmara). Amanhã (hoje), teremos reunião de líderes para discutir quando será a votação."

Um dos pontos defendido por Cajado no texto é a inclusão do Fundo de Financiamento da Educação Básica (Fundeb) dentro do limite de gastos do arcabouço.

### » Agradecimento a Lira

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que se reuniu com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ontem, para agradecer pela aprovação da urgência do projeto de lei de complementar que cria o novo arcabouço fiscal. Segundo Haddad, durante o encontro, ele buscou informações sobre como será a semana de votações. "Fui agradecer ao presidente Arthur Lira, sentir dele o clima para semana e se podemos ajudar. Mas senti que ele está muito animado e muito confiante", contou.

# Cid fala à PF sobre joias

» RENATO SOUZA

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, prestou depoimento à Polícia Federal, ontem, sobre a entrada de joias sauditas no Brasil. O inquérito investiga as tentativas de retirar os itens de luxo, destinados à então primeira-dama Michelle Bolsonaro, que foram apreendidos pela Receita Federal no Aeroporto de Guarulhos.

Cid, que está preso em Brasília, depôs por videoconferência na apuração conduzida pela PF em São Paulo. De acordo com fontes ouvidas pelo **Correio**, ele respondeu aos questionamentos dos investigadores, diferentemente do que aconteceu na semana passada, quando ele decidiu ficar calado na oitiva sobre outro inquérito, que apura a falsificação de informações do cartão de vacina de Bolsonaro e de familiares.

Segundo as investigações, Cid foi até o posto da Receita tentar liberar as joias. As tentativas de reaver o material sem o pagamento de impostos começaram ainda no dia da apreensão, em 26 de outubro de 2021, quando o então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e seu assessor Marcos André Soeiro, chegaram ao aeroporto com os itens. O conjunto de luxo estava na mochila de Soeiro.

Conforme as apurações, as tentativas de liberar o material se intensificaram no fim do ano passado. Nesse período, foi constatado o envolvimento pessoal do então presidente para reaver o conjunto.

Em depoimento, no mês passado, Bolsonaro negou a intenção de ficar com as joias. Ele disse que a mobilização em torno do caso foi para evitar problemas diplomáticos com o governo saudita — a imagem do Brasil seria prejudicada no exterior, segundo alegou. Também destacou que só ficou sabendo da apreensão mais de um ano depois.

